



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

MENSAGEM N. 050, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores.

Cumpro o dever de dirigir-me aos ilustres representantes do povo, para submeter à apreciação e votação desse Egrégio Poder Legislativo, **em regime de Urgência Urgentíssima**, o Projeto de Lei que **"Autoriza o Poder Executivo a realizar complementação remuneratória para pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, nos termos do art. 15-C da Lei Federal nº 7.498/1986 e suas alterações, e da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, referente ao exercício de 2023"**.

Nesta oportunidade, propomos para os profissionais da enfermagem da rede pública municipal de saúde e das entidades privadas sem fins lucrativos e assemelhados, cujos registros estejam validados pelo Ministério da Saúde, o pagamento do piso salarial nacional no valor de **R\$ 4.750,00** (*Quatro mil setecentos e cinquenta reais*) para uma jornada semanal de quarenta e quatro (44) horas.

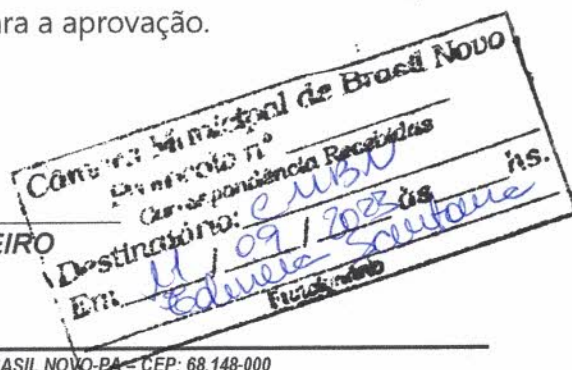
O pagamento do piso salarial nacional será proporcional à carga horária de 44 horas semanais, de modo que, se a jornada for inferior, o piso será reduzido proporcionalmente.

Esta proposta foi balizada levando-se em consideração as disposições constantes na Emenda Constitucional n. 127/2022, combinada com o art. 15-C da Lei Federal nº 7.498/1986 e suas alterações, e da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, e demais normativas expedidas pelo Ministério da Saúde.

Ressaltamos que a fixação do piso salarial nacional para os profissionais da enfermagem da rede pública municipal, contribuirá sobremaneira para o bom desempenho de suas atividades perante à população, proporcionando uma valorização merecida à essa importante classe profissional.

Assim, Senhor Presidente, tendo em vista a relevância e o interesse público de que se reveste o Projeto de Lei ora encaminhado a essa Casa de Leis, contamos com o apoio e atenção de Vossa Excelência e demais Vereadores para a aprovação.


WEDER MAKES CARNEIRO
PREFEITO MUNICIPAL





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

PROJETO DE LEI N. 049, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo a realizar complementação remuneratória para pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, nos termos do art. 15-C da Lei Federal nº 7.498/1986 e suas alterações, e da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, referente ao exercício de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL:

Faço saber que a Câmara Municipal de Brasil Novo, Estado do Pará, aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar complementação remuneratória para pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, aos profissionais Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliar de enfermagem integrantes da rede municipal de saúde, conforme o disposto no art. 15-C da Lei n. 7.498/1986 e suas alterações, combinado com os termos do artigo 198, §§§ 13, 14 e 15 da CF/1988 e a Portaria GM/MS nº 1.135/2023.

Art. 2º. Considera-se Piso Salarial para os fins desta Lei, os valores fixados na Lei Federal nº 7.498/1986, art. 15-C, correspondente à jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentas e vinte) horas mensais, e o pagamento da complementação de valores que trata esta lei será proporcional à jornada de trabalho de cada profissional contemplado, conforme dispuser a plataforma InvestSUS.

Art. 3º. O parâmetro a ser adotado no âmbito municipal para fins de definição do Piso salarial da categoria profissional contemplada nessa norma, deverá adequar o valor proporcionalmente à jornada de trabalho, em caso de carga horária menor que as 44 horas semanais, fixada pela Lei Federal, observada a proporcionalidade aplicável, conforme o disposto no ANEXO ÚNICO desta Lei.:

Art. 4º. O piso salarial para os fins desta Lei será o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do Vencimento Básico e as vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente, não sendo computadas, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variáveis, individuais ou transitórias.

§ 1º Não fará jus a percepção da Parcela Variável de Complementação de Remuneração o servidor cuja remuneração total for superior ao valor do piso nacional de sua categoria, observada a carga horária.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

§ 2º Os valores repassados a título de complementação do Piso, oriundos da Assistência Financeira Complementar da União, serão destacados no Contracheque dos profissionais contemplados com rubrica específica.

Art. 5º. A Assistência Financeira Complementar transferida pela União ao Município para complementação do Piso não implica em aumento automático de outras parcelas ou vantagens remuneratórias e não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados.

Art. 6º. O pagamento da diferença salarial a título de complementariedade da União para fins de atingimento do piso, não altera o Regime Jurídico dos respectivos servidores previsto em Lei Municipal.

Parágrafo único. Permanece inalterada a legislação que fixa a remuneração e o vencimento base dos respectivos servidores nos termos da Legislação Municipal pertinente

Art. 7º. Compete à União custear, nos termos da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do piso salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando este, desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio pela União.

Art. 8º. Caberá ao Gestor Municipal da Saúde de Brasil Novo o repasse dos recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, que participam de forma complementar ao SUS e atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo SUS até o limite da Assistência Financeira Complementar transferida pela União, de acordo com os registros dos estabelecimentos validados pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos ao respectivo gestor do Município, o que deverá compor o Relatório Anual de Gestão.

Art. 9º. As despesas com pessoal resultante da complementação do disposto nesta norma, nos termos do § 2º do art. 38 do ADCT, serão registradas em rubrica apartada e serão contabilizadas, para os fins dos limites previstos no art. 169, I, II e III da CF/1988.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

Art. 10. Os recursos orçamentários objeto desta Lei correrão por conta do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.00UW - Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem, conforme definido nas Portarias GM/MS nº 1.135 e nº 597/2023.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo às competências dos respectivos repasses de complementação por parte da União.

Gabinete do Prefeito de Brasil Novo-Pará, em 5 de setembro de 2023.



WEDER MAKES CARNEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

ANEXO ÚNICO – PROJETO DE LEI N. 049/2023

PERCENTUAL DO PISO CORRESPONDENTE À CARGA HORÁRIA	JORNADA DE TRABALHO				
	100%	90,91%	81,82%	68,18%	45,45%
CARGO	44 h	40 h	36 h	30 h	20 h
ENFERMEIRO	4.750,00	4.318,18	3.886,36	3.238,64	2.159,09
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3.325,00	3.022,72	2.720,45	2.267,05	1.511,36
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2.375,00	2.159,00	1.943,18	1.619,32	1.079,55